

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 2/2021

(novo mandato)

Pelas quinze horas do dia seis de novembro do ano dois mil e vinte e um, no Cineteatro Francisco Ventura, em Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal de Gavião, contando com as seguintes presenças: Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Alberto Paisana Faria, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Fábio Miguel Florindo Gomes, Paulo Jorge Serra dos Santos, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Isabel Maria Casa Branca Martins, Ana Luísa Flores Jeremias, Sílvia Tibúrcio da Palma, Ana Luisa Marques Carias, Fernando Manuel Meneses Faca, Martina Pires Marcelino de Jesus, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Abílio Flores Mendes, não compareceu tendo justificado a sua ausência, comunicando que seria substituído por Helena Maria Dias Sebastião, secretária da Junta de Freguesia de Comenda, nos termos legalmente estabelecidos. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Severino (vice-presidente), Graciosa Espadinha Chambel e Rui Manuel Fernandes Vieira. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia cumprimentou todos os participantes e deu início à sessão. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos**. -----

PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS = informação da situação financeira do município à data de 5/11/2021; -----

Paulo
P

O senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 5 de novembro de 2021, que apresentava um saldo de 877.691,02€ (Operações Orçamentais – 656.089,02€ e Operações de Tesouraria – 221.602,04€). -----

Salientou que a situação financeira do município permite encarar as obras em curso e as restantes atividades, com tranquilidade. Informou que os valores apresentados já refletiam o pagamento do subsídio de Natal aos trabalhadores municipais. Comunicou também que havia autos de medição de obras financiadas, já submetidos e não pagos. -----

PONTO TRÊS = apresentação, discussão e eventual aprovação do regimento da assembleia municipal; -----

O senhor presidente da assembleia referiu que o regimento deve reger o funcionamento do órgão e ser o mais objetivo e coerente possível. Deve também espelhar os vários contributos por forma a ficar um documento mais completo. Informou que lhe tinham chegado naquela data, via email, alguns contributos do deputado Paulo Matos com comentários a alguns artigos e remetendo inclusivamente um regulamento de outra assembleia municipal. ----

Sublinhou que o regulamento em apreciação cumpre os objetivos, mas reconheceu que pode evoluir e ser melhorado. Deu como exemplo a ausência de limitação dos tempos de intervenção, que na sua minha opinião são fundamentais para a disciplina do órgão. -----

Propôs a aprovação do documento, salientando que foi previamente sujeito a parecer jurídico, bem como a posterior criação de um grupo de trabalho, composto por 5 elementos, liderado por ele próprio e constituído por 1 representante de cada partido ou coligação representado na assembleia municipal. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, cumprimentando todos os presentes, afirmou não ter qualquer objeção de fundo em relação à proposta apresentada. Mas salientou que essa proposta contrariava o artigo 28.º do regimento em apreciação, que determinava que as alterações ao regimento tinham de ser aprovadas pela maioria do número legal de membros. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que a assembleia iria aprovar a constituição do grupo de trabalho que prepararia uma proposta de regimento que seria submetida a aprovação do órgão, com todos os seus membros. -----

Paulo Li
P.

O senhor deputado Alberto Paisana Faria salientou que se o regimento em apreciação serviu para o mandato anterior, também serviria para o mandato atual. Embora na sua opinião pecasse por excesso. -----

Colocado o documento a votação, foi aprovado por maioria, com 3 abstenções dos deputados: Paulo Matos, Fábio Gomes e Isabel Casa Branca Martins. -----

Foi também deliberado, por unanimidade, aprovar a criação do grupo de trabalho, conforme proposto pelo senhor presidente da mesa da assembleia. ---

O senhor presidente da assembleia pediu, a cada uma das forças políticas que fizesse chegar ao email da assembleia a indicação do seu representante para o grupo de trabalho, que poderia não funcionar presencialmente, usando em alternativas os meios digitais ao dispor. -----

PONTO QUATRO = eleição dos representantes da assembleia municipal para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, Assembleia Intermunicipal da CIMAA, Conselho Municipal de Educação e Conselho Cinegético Municipal; -----

O senhor presidente da mesa da assembleia apresentou o fundamento legal dos escrutínios e propôs que as votações fossem efetuadas por lista e não nominalmente. Os deputados municipais aprovaram a proposta, por unanimidade. -----

Eleição de autarca de freguesia para a Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, apresentou uma proposta, em representação do Partido Socialista, indicando o senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Manuel Baptista Porfírio, como efetivo e o senhor presidente da Junta de Freguesia de Margem Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro, como suplente. A lista foi designada de A.-----

O senhor deputado Paulo Matos apresentou uma proposta, em representação do Partido Social Democrata, indicando a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina Marcelino de Jesus, como efetiva e o senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Abílio Flores Mendes, como suplente. Esclareceu que a sua proposta se baseava na maioria PS nas juntas de freguesia, mas representava também a outra força política. -----

Constatando-se que a presidente da Junta de Freguesia de Belver não tinha conhecimento, nem interesse em ser indicada e o presidente da Junta de

Paulo Pi
P.

Freguesia de Comenda não estava presente, o senhor deputado Paulo Matos retirou a sua proposta. -----

Colocada a votação, foi eleita a lista A, com 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Eleição de representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMAA; ---

O senhor presidente da mesa da assembleia, apresentou uma lista, em representação do Partido Socialista, indicando o senhor presidente da assembleia, Paulo Manuel Alfaiate Pires e a primeira secretária, Isabel Maria Dias Martins como representantes efetivos e o deputado António José Teixeira Gueifão Estevinha, como suplente. A lista foi designada de A.-----

O senhor deputado Paulo Matos apresentou uma proposta, em representação do Partido Social Democrata, indicando o deputado António José Teixeira Gueifão Estevinha e o deputado Paulo José Estrela Vitoriano de Matos como representantes efetivos e o deputado Alberto Paisana Faria, como suplente. ----

O senhor deputado António Estevinha informou que não foi contactado e não tinha interesse em integrar a lista. Manifestou o seu descontentamento por se estarem a indicar membros para listas do PSD, sem que essas pessoas tenham sido ouvidas previamente. -----

O senhor deputado Paulo Matos sublinhou que em mandatos anteriores tinha havido representantes das diferentes forças partidárias, mas no presente o Partido Socialista tinha optado por não o fazer. Na sua opinião a pluralidade é importante, por isso indicaram representantes de 3 partidos. -----

Considerando que o senhor deputado António Estevinha não tinha conhecimento, nem interesse em ser indicado para integrar a lista do PSD, o senhor deputado Paulo Matos retirou a sua proposta. -----

Colocada a votação, foi eleita a lista A, com 8 votos a favor, 4 votos em branco e 3 votos nulos. -----

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apenas votaram os membros eleitos diretamente. -----

Eleição de representante para o Conselho Municipal de Educação; -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, esclareceu que ele próprio integra o órgão por inerência e propôs em representação do Partido Socialista, o senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Manuel Baptista Porfírio. A lista foi designada de A.-----

Paulo M.
F.

O senhor deputado Paulo Matos apresentou uma proposta, em representação do Partido Social Democrata, indicando o senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Abílio Flores Mendes. A lista foi designada de B.----- Colocadas as listas a votação, foram apurados 11 votos na lista A e 8 votos na lista B. Declarando-se vencedora a lista A. -----

Eleição de autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal; ----

O senhor presidente da mesa da assembleia, apresentou uma proposta, em representação do Partido Socialista, indicando o senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Manuel Baptista Porfírio. A lista foi designada de A. -----

O senhor deputado Paisana Faria salientou que o representante deveria ser alguém ligado à caça. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou se teria de ser um presidente de junta, uma vez que a lei refere um autarca de freguesia. A sua proposta seria indicar o deputado Fernando Faca, uma vez que integrou a lista de candidatos à União das Freguesias de Gavião e Atalaia. -----

O senhor presidente da assembleia reconheceu que a lei não especifica a obrigação de ser um presidente de junta. -----

A senhora primeira secretária, salientou que o deputado Fernando Faca tinha renunciado ao mandato, logo não é autarca de freguesia. -----

O senhor deputado Paulo Matos frisou que os membros das listas comparecem nas sessões dos órgãos na ausência dos membros efetivos. -----

A senhora primeira secretária frisou que a substituição segue a ordem da lista respetiva. O membro é substituído pelo cidadão que se segue na ordem da lista, nunca pelo cidadão que renunciou ao mandato. -----

Não havendo mais nenhuma proposta, a lista foi colocada a votação tendo sido obtido o resultado de 13 votos a favor e 6 votos em branco. -----

PONTO CINCO = designação dos representantes da assembleia municipal para a CPCJ de Gavião, Universidade Sénior de Gavião, Conselho Municipal da Juventude, Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

À semelhança do ponto anterior, o senhor presidente da mesa da assembleia apresentou o fundamento legal dos escrutínios e propôs que as votações fossem efetuadas por lista e não nominalmente. Os deputados municipais aprovaram a proposta, por unanimidade. -----

Paulo Li
F.

Designação de representantes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião; -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que apesar de haver cinco representantes da assembleia municipal na CPCJ, neste momento apenas havia a necessidade de designar dois representantes, uma vez que apenas duas pessoas deixaram de reunir as condições para se manter no desempenho de funções. Fundamentou a informação prestada no ofício remetido pela CPCJ de Gavião. Propôs a designação das cidadãs: Maria Amélia Martins de Jesus, professora do Agrupamento de Escolas de Gavião, desempenhando funções de adjunta do diretor e Margarida Mateus Pernadas, jovem licenciada em psicologia que se encontrava a prestar serviço no Município de Gavião. Considerou que as cidadãs indicadas possuíam motivação, perfil e disponibilidade para o desempenho das funções. A lista foi designada de A. --- Colocada a lista a votação foram apurados 14 votos a favor e 4 votos em branco. -----

Designação de dois representantes para a direção da Universidade Sénior de Gavião; -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, apresentou uma proposta, em representação do Partido Socialista, indicando o deputado municipal Daniel Manuel de Oliveira Tomás e da deputada Sílvia Tibúrcio da Palma. Propôs designar a lista A. -----

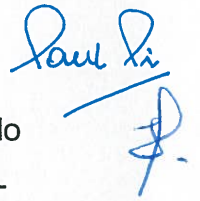
O senhor deputado Paulo Matos, em representação do Partido Social Democrata, apresentou uma proposta de designação da deputada municipal Ana Luisa Marques Carias e do deputado Alberto Paisana Faria. -----

Constatando-se que a senhora deputada Ana Luisa Carias não tinha conhecimento, nem interesse em ser indicada para integrar a lista do PSD, o senhor deputado Paulo Matos retirou a sua proposta. -----

Colocada a lista a votação foram apurados 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Designação de representantes para o Conselho Municipal da Juventude; -

O senhor presidente da mesa da assembleia informou que concertou previamente com os restantes partidos para que fosse indicado um representante de cada um. Apresentou a lista composta pela segunda-secretária da assembleia, Mónica Mota Marques, em representação do PS, o deputado Fábio Gomes, em representação do PSD, a cidadã Soraia Pereira,



em representação da CDU e o deputado Fernando Faca, em representação do CHEGA. Colocada a lista a votação, foram apurados 19 votos a favor. -----

Designação de representantes para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta; -----

O senhor presidente da assembleia municipal propôs que se mantivessem os quatro presidentes de junta de freguesia e o cidadão Paulo José Igreja Ventura, licenciado em Proteção Civil e membro do executivo da Junta de Freguesia de Belver. Formalizou a apresentação da lista, que foi designada de lista A. -----

O senhor deputado Paulo Matos referiu que nesta sessão seria apreciado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Questionou se a designação em apreço vinha nesse âmbito. Na sua opinião a votação do plano deveria vir na ordem de trabalhos antes da designação da nova comissão. -----

O senhor presidente da assembleia passou a palavra ao senhor presidente da câmara que esclareceu que o PMDFCI já foi aprovado pela comissão em dezembro de 2020 e esteve a aguardar o parecer do Instituto de Conservação da Natureza, até agosto. Frisou que, ainda recentemente, os meios de comunicação social tinham divulgado que havia 56 municípios sem PMDFCI aprovado. Entre esses municípios estava o Município de Gavião e esse facto implicaria a perda de verbas transferidas pelo estado. Depois de emitido parecer pelo ICNF, o plano esteve 30 dias em consulta pública tendo havido participação de pelo menos um cidadão. A comissão com os novos membros irá trabalhar com o plano em vigor. A ordem pela qual os dois assuntos são aprovados pela assembleia não tem qualquer importância. -----

Foi dada a palavra ao responsável pelo Gabinete Técnico Florestal, Eng.º Júlio Churro Catarino, que explicou que a constituição da CMDFCI está definida na lei, tal como também estão legalmente definidas as atividades da mesma, que incluem a aprovação de diferentes documentos, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Operacional Municipal, etc. No momento, a única alteração que estava em causa na constituição da comissão eram os representantes das freguesias, eleitos em assembleia, porque com as eleições mudaram os autarcas. Mas a comissão trabalha durante todo o ano. O PMDFCI é um documento que cumpre muitas formalidades e requer parecer de várias entidades, logo é um processo longo,

Paulo José
Igreja Ventura

cuja etapa final é a aprovação pela assembleia municipal e imediata publicação em Diário da República. -----

O senhor deputado Paulo Matos retorquiu questionando se o plano não deveria ficar suspenso até que a "nova" comissão entrasse em funções e olhasse para ele. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que as formalidades legais estão definidas e isso não pode acontecer. -----

Colocado o documento a votação foram apurados 19 votos a favor. -----

Designação de representante para a Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

O senhor presidente da assembleia municipal propôs que se mantivesse o cidadão Paulo José Igreja Ventura. Formalizou a apresentação da lista, que foi designada de lista A. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio referindo que o segundo-comandante dos bombeiros tem competências neste campo e poderia vir ajudar. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que o comando dos bombeiros já está representado na comissão. -----

Colocada a votação foram apurados 19 votos a favor. -----

PONTO SEIS = apreciação e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo; -----

O senhor presidente da assembleia questionou se havia alguma questão a colocar. -----

O senhor deputado Fábio Gomes interveio, referindo que o PSD tinha várias propostas de alteração ao regulamento. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que o documento tinha estado em consulta pública e à assembleia municipal competia, nesta fase, aprovar ou não a versão final. Se fossem, nesta fase, realizadas alterações o processo teria de voltar ao início, com todos os prejuízos que daí adviriam para os candidatos às bolsas. -----

O senhor presidente da assembleia sugeriu que os deputados do PSD deixassem escritas as suas sugestões, mas que não iriam constar na presente versão do regulamento. -----

O senhor presidente da câmara disse ainda que, de há 8 anos a esta parte, a câmara municipal tem tentado apoiar todos os estudantes do ensino superior do concelho, sem olhar a rendimentos. Tem sido definido anualmente um valor

Paulo Di
F.

para as bolsas de estudo, que tem sido dividido equitativamente por todos os candidatos, que reúnam as condições regulamentares. Não tem havido discriminação em relação a rendimentos. Também não têm sido apoiados apenas os estudantes de licenciatura, mas também os CTESP e os mestrados. Para se apoiarem esses estudantes, todos os anos a câmara municipal aprovava a suspensão de 3 artigos. E com o novo regulamento procurou-se fundamentar essa equidade. -----

O senhor deputado Fábio Gomes deu como exemplo a alínea f) do ponto 7, que define que o estudante não pode ter rendimento igual ou superior ao ordenado mínimo nacional. Os deputados do PSD não concordam porque são defensores da igualdade. Deu como exemplo, alguém que esteja a fazer uma pós-graduação, afirmando que deve ter direito à bolsa. É uma mais-valia para a sua formação académica e tem uma despesa acrescida. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que não concordava e que o objetivo principal era ajudar as famílias na formação dos jovens ou de trabalhadores com rendimento inferior ao salário mínimo nacional. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo. O deputado Fábio Gomes em nome do grupo de deputados do PSD apresentou a declaração de voto, que abaixo se transcreve: -----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal de Gavião, considera que determinadas alíneas do regulamento deveriam ter uma outra análise, ou pelo menos deveriam ser debatidas com maior profundidade, a saber:

- Artigo 6.º alínea 5 “Não existe recurso das deliberações da Comissão de Avaliação”. E se existir falha de documentação? Contudo até é contraditório com o artigo 13.º “Direito de Audiência Prévia – 1 – As listas provisórias elaboradas pela Comissão de Avaliação são notificadas a todos os candidatos, para que possam exercer o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final.” Deveria haver, pois, uma maior uniformidade do pensamento do regulamento. -----

- Ponto 7, ponto 1, alínea f) “Ser estudante a tempo inteiro, não exercendo nenhuma profissão efetiva, remunerada igual ou superior ao ordenado mínimo nacional, sem prejuízo de prestações de trabalho ocasional em part-time, férias escolares ou fins-de-semana ou de estágio curricular remunerado”. Deveria ser

Paulo
F

retirado. Somos defensores de quanto mais simples os regulamentos, mais igualdade de oportunidades favorecem. -----

- Artigo 7.º, ponto 3 “carece de apreciação e validação por parte da Comissão de Avaliação”, interliga-se com a possibilidade de recorrer no artigo 6.º, pois neste regulamento para situações excecionais não é indicado qual é o procedimento/critérios de recusa. -----

- Artigo 11.º, novo ponto – Após boa receção da documentação pela câmara, os candidatos deviam ser notificados dessa mesma receção, sem que o tenham de fazer no email (ver ponto 3, alínea c) “solicitando receção do email”.

PONTO SETE = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março; -----

Aquisição de serviço de transporte escolar específico, a contratar à Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião. Despesa prevista para 2021 – 2.976,48€ (IVA incluído) e para 2022 – 4.853,95€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens. Despesa prevista para 2021 – 3.750,00€ e para 2022 – 18.750,00€. Aprovado por unanimidade.

O senhor deputado Paulo Matos questionou se o valor previsto para 2021 ainda seria pago ou se estava a ser retirada margem para o próximo ano, do ponto de vista da transferência financeira. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que o programa OMTJ tinha sido suspenso devido à pandemia e iria ser retomado, abrindo candidaturas para uma nova fase de colocação de 15 jovens até aos 30 anos. Pretendia-se iniciar o programa em dezembro, por um período de 6 meses. O valor para desemprego seria para pagar as bolsas (250,00€) no mês de dezembro. -----

Ampliação da Escola Básica de Gavião, a contratar através de concurso público. Despesa prevista para 2021- 1€ (IVA incluído), para 2022 – 394.776,42€ (IVA incluído) e para 2023 – 394.777,42€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou a sequencialidade dos assuntos da ordem de trabalhos. Mais à frente haveria a apreciação da recalendarização da execução do projeto, quando ainda não se sabia o valor para a execução do projeto. Afirmou não conseguir perceber se já havia projeto. -----

Paulo Pi
/

O senhor presidente da câmara esclareceu que a recalendarização seria para a elaboração do projeto e o compromisso em apreciação era para a obra. Afirmou que a ampliação da escola sede do agrupamento é uma necessidade que se vem constatando há alguns anos e foi alcançada a possibilidade de realizar a obra com um financiamento de 85%, incluindo esta intervenção nas obras que já decorrem nas instalações da escola. Informou que haverá mais 4 salas de aulas, gabinetes, uma sala multifunções, uma ligação ao bar, etc. A elaboração do projeto tem sido acompanhada pela direção do agrupamento de escolas, que tem identificado as necessidades. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou ainda se estas obras estão relacionadas com a retirada do amianto. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que não tem qualquer interferência e que o amianto já tinha sido retirado na totalidade, apenas falta realizar 5% da intervenção. A obra de ampliação da escola estará relacionada com as obras da Rua 23 de Novembro, no que diz respeito à intervenção no interior da escola. -----

Licenças do software ESRI e da Plataforma SIGAAA, a liquidar à CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Despesa prevista para 2021 – 2.515,88€ (IVA incluído), para 2022 - 2.515,88€ (IVA incluído) e para 2023 - 2.515,88€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

A assembleia municipal deliberou ainda aprovar, por unanimidade, a **recalendarização** do compromisso plurianual referente à **elaboração do projeto de execução da ampliação da Escola Básica e Secundária de Gavião**. Valor para 2021 – 24.015,75€ (IVA incluído) e para 2023 – 4.366,50€ (IVA incluído). -----

PONTO OITO = apreciação e eventual aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; -----

O senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara, que salientou que este documento foi elaborado pelo GTF, sob coordenação do senhor vice-presidente da câmara, que assume o pelouro respetivo. Passou ao responsável técnico pelo GTF, Eng.º Júlio Churro Catarino. -----

O técnico do GTF começou por fazer o enquadramento legal do documento em apreciação. Informou que o documento é constituído por 3 cadernos. O caderno I – Diagnóstico; caderno II – Plano de Ação; caderno II – Plano

Paulo
P.

Operacional Municipal, que todos os anos é aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, até 15 de abril. Os dois primeiros cadernos têm uma vigência de 10 anos. -----

Salientou que o Caderno I - Diagnóstico resulta da análise ao território, na seguinte informação base: caracterização física; caracterização climática; caracterização da população; caracterização da ocupação do solo, rede fundamental de conservação da natureza e gestão florestal; análise do histórico e causalidade dos incêndios florestais. -----

Evidenciou o decréscimo de população, em 1991 havia 5920 habitantes, em 2001 eram 4887 e em 2011 apenas 4132. Afirmou que são poucas pessoas para muita área. Relativamente à ocupação do solo, mais de metade do território é ocupado por floresta e se for acrescido o mato, representa cerca de dois terços do território. Sublinhou que a ocupação para a agricultura está a baixar consideravelmente. A espécie florestal, com maior percentagem é o eucalipto (35,25%), seguido do sobreiro (29,43%). A norte do concelho, na freguesia de predomina o minifúndio e foi ali criada a primeira Zona de Intervenção Florestal (ZIF). Evidenciou que, neste momento, todo o território do concelho está organizado em ZIF, nomeadamente ZIF da Freguesia de Belver, ZIF de Gavião e ZIF de Comenda. Salientou que entre 2010 e 2019 registaram-se 140 ocorrências de incêndios o que não é muito significativo. Destacou o ano de 2017, que foi um ano desolador. Em termos de área ardida nestes 10 anos, cerca de 76,12% das ocorrências registaram áreas inferiores a um hectare. -----

Salientou que a implementação do PMDFCI visa essencialmente garantir uma gestão adequada do património florestal, sendo necessárias medidas de planeamento adequado e uma gestão atempada. Informou que o **Caderno II – Plano de Ação** está dividido em cinco eixos: aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; reduzir a incidência dos incêndios; melhorar a eficiência do ataque e gestão de incêndios; recuperar e reabilitar os ecossistemas; adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. -----

Carta de perigosidade – evidenciou que não é permitida a construção de edifícios em áreas de perigosidade alta e muito alta; -----

Objetivos e metas – a média de incêndios não chegou a 50 hectares. Mas o principal objetivo é baixar a área ardida, reduzir o período de primeira

intervenção para menos de 20 minutos e reduzir também o número de reacendimentos; -----

Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – salientou que se procura promover a gestão florestal preventivamente em áreas estratégicas; proteger zonas de interface urbano/florestal; implementar programas de redução de combustíveis; criar e manter redes de faixas de gestão de combustíveis; implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis; promover ações de silvicultura no âmbito do PMDFCI; criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água). -----

Faixas de gestão de combustíveis – sublinhou que se procura implementar mosaicos de parcelas e realizar ações de silvicultura preventiva. -----

No que diz respeito às entidades responsáveis, que realizam intervenções todos os anos, a Câmara Municipal de Gavião é a entidade responsável pelas intervenções nas estradas municipais. A “Infraestruturas de Portugal, I.P.” é a entidade responsável pelas intervenções nas estradas nacionais e linha ferroviária. A REN e a EDP são as entidades com a responsabilidade de intervir nos terrenos onde se encontram localizadas as linhas elétricas. -----

Rede viária florestal – informou que as vias estão classificadas em 3 ordens (exemplo: a A23 está classificada na 1.ª ordem) e no concelho existem na 1.ª ordem 149,786 km, na 2.ª ordem – 112,736 km e complementar – 112,366km. -

Rede de pontos de água – salientou a importância destas estruturas e informou que se reduziu o número de pontos de água, mas melhorou-se a sua operacionalidade. -----

Redução da Incidência dos Incêndios – informou que são habitualmente realizadas ações de sensibilização junto dos alunos da Universidade Sénior de Gavião e do Agrupamento de Escolas de Gavião, bem como na Mostra de Artesanato e Gastronomia de Gavião. Todos os anos são publicados editais para alertar para a limpeza dos terrenos. São realizadas também ações de sensibilização para a importância da limpeza de terrenos, nas juntas de freguesia. Destacou também o programa “Aldeia Segura – Pessoas Seguras”. -

Rede de vigilância e detenção de incêndios – salientou que no concelho existem duas brigadas de sapadores florestais sob responsabilidade das associações de produtores florestais (APFLOGAV e APLOBEV), uma brigada intermunicipal da CIMAA, que faz vigilância no nosso território, uma equipa de intervenção permanente dos Bombeiros Voluntários de Gavião. Sublinhou que

Paulo
Matos

no concelho existem locais estratégicos de vigilância. O exército e a GNR têm equipas que realizam vigilância também no território do concelho. -----

Planeamento de ações - são realizadas ações de **vigilância e deteção**, procurando reduzir o número de ocorrências; a **primeira intervenção** está a ocorrer até 20 minutos depois do alerta; as ações de rescaldo e vigilância pós-incêndio visam manter ou reduzir o número de reacendimentos. -----

Informou que a partir de 1 de janeiro de 2022 haverá alterações no que diz respeito à CMDFCI, decorrentes da publicação de legislação. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a apresentação do técnico do GTF e deu a palavra aos membros. -----

O senhor deputado Paulo Matos, referiu-se ao caderno do Plano, página 66, tabela 33, referente à estimativa do orçamento para 2021, considerando que a mesma continha algumas gralhas. Estava previsto um orçamento de cerca de 800.000,00€ por ano. Questionou se o valor referido é unicamente do município ou se é a soma de todos os orçamentos, das diferentes entidades que financiam aquele serviço e qual a percentagem que vem de cada entidade. -----

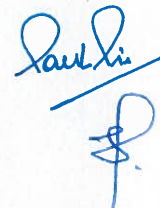
Em relação ao caderno III (POM), quadro 2 – meios complementares de apoio ao combate e também ao quadro 4 – lista geral de contactos, frisou já anteriormente tinham focado que, apesar do regulamento de proteção de dados, tem dúvidas que estes quadros possam estar rasurados. Salientou que os meios disponíveis e os contactos deviam ser de fácil acesso em caso de necessidade. -----

O senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara que, por sua vez, a deu ao senhor vice-presidente da câmara. -----

Em resposta à primeira questão, o senhor vice-presidente da câmara explicou que o caderno II explica quais as entidades que intervêm no plano e quais as suas responsabilidades. As responsabilidades são repartidas pelo Município de Gavião, E-Redes, Infraestruturas de Portugal, etc. O valor da estimativa orçamental é calculado com base nos valores imputados a cada entidade. -----

Em relação à segunda questão, informou que para cumprimento da legislação relativa à proteção de dados, foram eliminados os dados pessoais no documento que esteve em consulta pública. Salientou que o documento disponível para os operacionais contém todas as informações completas. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou ainda o motivo pelo qual no quadro da estimativa operacional o quarto eixo está a zero. -----



O senhor vice-presidente esclareceu que o eixo 4 diz respeito à reabilitação e só será necessária se houver algum acontecimento que obrigue a tal, como um grande incêndio, por exemplo. -----

O técnico do GTF reforçou a informação prestada, dizendo que os eixos serão cabimentados em função dos acontecimentos, investindo em determinadas áreas, em detrimento de outras. -----

Depois de apreciado e esclarecidas todas as questões colocadas, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NOVE = Apreciação e eventual aprovação da alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica, Atribuições e Competências, das Unidades e Subunidades Orgânicas do Município de Gavião; -----

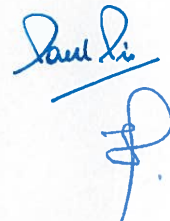
O senhor presidente da assembleia salientou que o documento foi previamente remetido e questionou se havia alguma questão a colocar. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou se o senhor presidente da câmara não iria apresentar as alterações, tal como tinha dito que faria quando foi dada a autorização para criar 11 unidades orgânicas. -----

O senhor presidente da câmara informou que esta não era a alteração ao organigrama. Em acusa estava a adaptação do organigrama à realidade atual, com as subunidades criadas. -----

O senhor deputado Paulo Matos afirmou sentir dificuldade em interpretar o documento. Afirmou que do ponto de vista do cidadão comum, tem dúvidas em relação a duas secções que têm, na sua opinião, as mesmas funções. Referiu-se à secção de urbanismo e ordenamento do território e á secção de obras particulares, loteamentos e licenciamentos. Leu o conteúdo funcional de cada uma das secções (artigos 34.º e 37.º). Afirmou que havia 2 secções a tratar do ordenamento do território, tal como de obras particulares. Questionou, como cidadão a que serviço de deve dirigir. Considerou que há uma duplicação de tarefas. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que uma coisa são as secções e outra são os serviços. Salientou que os serviços municipais têm duas divisões: a Divisão Financeira (DF) e a Divisão de Obras e Serviços Urbanos (DOSU). Assunto relacionados com águas, obras particulares, fiscalização, etc, são tratados na DOSU. Compete aos chefes de divisão organizar os serviços e aqueles serviços que referiu não se duplicam, mas complementam-se. Informou ainda que a DF ficou com 7 secções e a DOSU com 4 secções. O



número de secções foi uma decisão dos chefes de divisão. Em reposta à dúvida do senhor deputado, informou que se deve dirigir à divisão de obras e os serviços saberão encaminhar para o funcionário competente. Saliu ainda que o município dispõe de um serviço de receção que encaminha cada um dos cidadãos ao serviço que melhor responde às suas necessidades. -----

Depois de analisado o documento e prestadas todos os esclarecimentos solicitados, o documento foi colocado a votação tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos membros eleitos pelo PSD: Paulo Matos, Fábio Gomes e Isabel Casa Branca Martins. -----

O senhor deputado Paulo Matos apresentou declaração de voto, fundamentando o seu sentido de voto no facto de o assunto não ter sido apresentado de forma clara, para que todos os membros percebessem. -----

PONTO DEZ = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal da fiscalização e coordenação de segurança da empreitada do “Percurso Pedestre – PR8 Rota da Sirga”, referente ao mês de abril 2021; --
- Relatório mensal de progressão n.º 15/2021 da fiscalização da empreitada de “Revisão do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício da Piscina Coberta de Gavião”; -----
- Relatório mensal de progressão n.º 16/2021 da fiscalização da empreitada de “Revisão do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício da Piscina Coberta de Gavião”; -----
- Relatório mensal de progressão n.º 22/2021 da fiscalização da empreitada de “Construção da Incubadora de Empesas Não Tecnológicas de Gavião”; -----
- Relatório mensal de progressão n.º 23/2021 da fiscalização da empreitada de “Construção da Incubadora de Empesas Não Tecnológicas de Gavião”; -----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento do Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”, referente ao mês de agosto 2021; -----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento do Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”, referente ao mês de setembro 2021; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, em Gavião”, referente ao mês de agosto de 2021; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, em Gavião”, referente ao mês de setembro de 2021; -----

- Relatório mensal n.º 1 de progressão da empreitada de “Remoção e Substituição de Fibrocimento da Cobertura da Escola Básica de Gavião”; -----

- Relatório mensal n.º 2 de progressão da empreitada de “Remoção e Substituição de Fibrocimento da Cobertura da Escola Básica de Gavião”. -----

O senhor deputado Paulo Matos solicitou que, à semelhança do que é feito com os compromissos plurianuais, fosse apresentado um resumo da execução de cada uma das obras. -----

O senhor deputado Fernando Faca afirmou que lhe tinham dito que a obra do Campo de Padel se encontrava embargada. Pediu ao senhor presidente que esclarecesse o assunto, para que os membros da assembleia pudessem também esclarecer os restantes munícipes. -----

Em resposta ao senhor deputado Paulo Matos, o senhor presidente afirmou que o envio de um resumo poderia facilitar o trabalho dos deputados, mas o envio de todos os relatórios é decerto muito mais transparente. Referiu também que não seria fácil disponibilizar um técnico para fazer essa súmula. Acrescentou que os relatórios são sempre emitidos com algum atraso o que dificultaria a apresentação de um resumo. -----

Em resposta ao senhor deputado Fernando Faca, informou que a obra do Campo de Padel não estava embargada. Esclareceu que os antigos proprietários do terreno são contra a construção da infraestrutura, porque dizem que a escritura estabelece que não podia ser ali construído nada, mas não é verdade. O que consta na escritura é que fica inibida a construção de uma piscina, naquele espaço. Salientou que tem havido várias reivindicações, por parte da família, que não têm sido acolhidas pelo município. Os antigos proprietários intentaram um processo judicial contra o município e pediram uma providência cautelar para o embargo da obra. Mas foi rejeitada. Frisou que há um litígio com aqueles cidadãos, relativamente aos edifícios que foram reconhecidos como de interesse municipal, em 2008. Esse reconhecimento isenta os proprietários do pagamento do IMI e não se traduz em qualquer

P.

benefício para o Município de Gavião. Os proprietários recusaram-se a pagar uma licença no valor de 30€ para fazer a pintura da frontaria do imóvel. Face aos constantes litígios, o senhor presidente afirmou considerar retirar essa classificação. Afirmou que não podia aceitar que quem vendeu o terreno, continue a querer mandar no terreno. A única justificação que apresentam para ser contra a construção de qualquer infraestrutura naquele local é considerarem que retira a vista da capela, que alegam ser de culto diário. Afirmou que irá lutar com todas as suas forças, para instalar naquele terreno o que o município decidir, como legítimo proprietário do terreno, ouvindo os proprietários dos lotes. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou se entre o Campo de Padel e o acesso ao Quartel de Bombeiros está prevista a disponibilização de novos lotes de terreno para construção. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que havia a intenção de criar 3 novos lotes de terreno, porque restavam apenas 3 lotes para venda. Mas surgiu um movimento, por parte dos proprietários dos lotes, contra essa intenção. Saliu que os proprietários terão sempre de ser ouvidos sobre as alterações ao loteamento. Mas salientou que a lei define que seja atribuída uma quota, em função da extensão de terreno de cada proprietário e a área pública é superior a 50% dos lotes todos dos particulares. Assegurou que dificilmente se fará algo contra a opinião de todos os proprietários. A realidade é que não há qualquer projeto e ainda restavam 3 lotes para venda, mais 5 lotes para construção a custos controlados. Registavam-se várias manifestações de interesse na aquisição dos lotes e a realidade é que no Gavião não há muitas possibilidades de localização de um novo loteamento. ---

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor presidente agradeceu a presença de todos os membros e declarou encerrada a sessão, eram dezanove horas e trinta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

Ata n.º 2/2021

Pág. 18/16

A primeira-secretária

Isabel Maria Dias Martins

(Isabel Maria Dias Martins)